

ESPECIAL

AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS



Pixabay

Audidores adaptam novas regras, sem perder de vista valores reputacionais

Ouvidos os profissionais da área, fica a certeza de que os desafios são muitos mas que as empresas estão empenhadas, num processo de consolidação da confiança e da credibilidade, em melhorar os seus processos, impulsionadas pelo revolução Digital em curso que, tal como outros setores relevantes da economia nacional, fizeram questão de acompanhar.

Na esfera da regulação, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) passou a ser a entidade responsável pela supervisão do setor de auditoria, depois da entrada em vigor do novo regime jurídico, no início de 2016. Se os primeiros tempos foram de adaptação do regulador e dos

agentes do mercado, com um esforço muito centrado na informação e na formação, agora o foco é no reforço da qualidade do serviço prestado. Isso ficou claro quando a presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, no discurso que fez sobre o setor sublinhou que “há ainda uma margem de melhoria da qualidade de auditoria”. A CMVM assumiu como “objetivo essencial a promoção da qualidade da auditoria, entendida esta, sinteticamente, como o cumprimento pelos auditores das normas profissionais, das disposições legais e regulamentares e do código de ética”. Para cumprir este objetivo, entende a CMVM que, além da atividade de supervisão – que os

seus responsáveis dizem que “exercerá de modo adequado e consequente” – é indispensável “o contributo de outros agentes ligados à atividade de auditoria: os auditores, em primeiro lugar, mas também, o organismo profissional (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), os órgãos de fiscalização, outros supervisores e a academia”.

Já a análise da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, aos dois anos de implementação a nível europeu das novas regras sobre auditoria, aponta para um balanço globalmente “muito positivo para todas as partes envolvidas: empresas de seguros, consumidores, supervisores e demais ‘stakehol-

ders”. José Almaça, presidente da ASF, afirma que este novo regime assenta numa avaliação económica (justo valor), prospetiva e baseada no risco, que tem vindo a obrigar à criação de uma cultura de gestão de risco transversal a todos os níveis da organização, centrando o negócio e processo decisório na criação de valor económico para o nível de apetite ao risco definido e capital alocado”. Sobre o papel que a ASF tem desempenhado neste período em análise, denota que tem vindo a trabalhar em dois planos distintos, o nacional e o internacional.

Neste Especial, ouvimos ainda o Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), uma associa-

ção privada que tem como objetivo a difusão das boas práticas do governo societário, que considera um “instrumento incontornável para a eficiência económica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira”. Trata-se de um exemplo de autorregulação, aliás corporizada na entrada em vigor do código do IPCG, que substituiu o de governo das sociedades – depois de um acordo do instituto com a CMVM e de um trabalho desenvolvido por estas duas entidades e pela Associação de Empresas Emitentes –, que marcam uma mudança de paradigma, de um de regulador para outro de autorregulação, nas boas práticas de gestão das empresas cotadas. ●

ANÁLISE

Digitalização dita ritmo na consolidação da confiança

Num cenário em que os clientes são cada vez mais exigentes, os desafios da auditoria e revisão de contas passam, forçosamente, pela transformação digital. Como pano de fundo, estão a credibilidade e confiança, pilares que importa consolidar.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

À semelhança do que está a acontecer nos restantes setores relevantes para a economia nacional, “os principais desafios para este setor prendem-se com a digitalização e com o talento”, defende Rui Martins, Assurance Leader da EY. Em seu entender, uma auditoria moderna, para ser eficiente, “exige uma elevada capacidade de integração com os sistemas dos clientes e um forte investimento em ferramentas e em recursos que permitam processar elevados volumes de informação e extrair evidências de auditoria desses processos”. Em paralelo, o ritmo de evolução dos modelos de negócio dos clientes e a sua crescente dependência de tecnologia tornam mais complexa a avaliação de risco e o desenho de testes. Por outro lado, defende que a atividade de auditoria atravessa atualmente um período de grande evolução na regulação. “A adaptação a um novo regulador e a um aumento significativo das exigências de ‘compliance’ tem sido desafiante, quer pela pressão adicional que coloca em matéria de atração de recursos, quer pelos investimentos adicionais que exige a nível de backoffice”, conclui.

Quanto ao mercado, e ao que dita a procura, Rui Martins dá nota de que o novo enquadramento acentuou a segmentação: “o nível de responsabilização do lado dos clientes também aumentou, mas isso é mais visível nas entidades de interesse público”. Para muitas empresas, assegura, a auditoria “é um serviço ‘comoditizado’, em que o preço é a única variável de decisão e que são pouco sensíveis ao nível de exigência acrescido aos auditores. Felizmente, muitos clientes valorizam o papel do auditor enquanto linha adicional de defesa para os acionistas e demais stakeholders”.

Mas no que concerne a desafios, a crescente internacionalização do tecido empresarial português também um lugar de destaque. Para Paulo André, Managing Partner da Baker Tilly, a aposta no exte-



Fabrizio Bensch/Reuters

rior, exige uma maior cobertura geográfica e equipas mais alargadas, tanto em dimensão como em especialização. Logo, “a integração das pequenas auditoras, em networks internacionais, permite uma resposta abrangente, posicionando-as em muitos segmentos do mercado, como alternativas credíveis às chamadas ‘Big4’”, realça

O auditor e a auditoria assumem-se como pilares de confiança para os agentes económicos, evidenciando-se, por isso, a necessidade de conseguir aumnetar os níveis de confiança

ainda. Por outro lado, não deixa de salientar desafios como a capacidade de repercutir nos honorários, o trabalho adicional que as responsabilidades adicionais, resultantes das novas regras que regulamentam a profissão, exigem dos auditores; ou ainda a implementação de novas ferramentas e conhecimentos em novas áreas como o ‘Data Analytics’, ‘Big Data’ ou ‘IT Risks’. Com os clientes a procurar a partilha de experiências e sugestões de melhoria das práticas e procedimentos relacionados com os negócios e operações, as auditorias têm de ser, cada vez mais, eficientes, focadas no risco com as Due Diligences a assentar em modelos de ‘Data Room’.

Ainda em matéria de desafios, segundo Luís Gaspar, Managing Partner da Mazars, em primeiro lugar existe “uma necessidade muito presente no sentido de conseguir recuperar parte da credibilidade perdida nos últimos anos pela profissão e os seus profissionais”. Um processo que, em sua opinião,

exige, “necessariamente, tempo e um esforço permanente por parte de todos os intervenientes”. Uma meta reputacional à qual também se relaciona a capacidade de atrair e reter recursos humanos qualificados”, sendo que, paralelamente, os processos que integram o exercício da auditoria encontram-se em mudança, essencialmente derivada da transformação tecnológica.

Assim, com o mercado a continuar a privilegiar demonstrações financeiras auditadas em detrimento de demonstração financeiras não auditadas, o auditor e a auditoria, consequentemente, “constituem um pilar de confiança para os agentes económicos, e o principal desígnio que se coloca às organizações de auditoria, auditores e reguladores, é o de aumentar ainda mais a confiança no mercado, criando um contexto de negócios mais favorável e mais transparente que permita às economias desenvolverem-se com maior solidez”, defende Vítor Santos, Partner da DFK & Associados SROC. Reafirmando a importância

dos desafios inerentes a novas e inovadoras abordagens do trabalho suportadas por tecnologia, evidencia ainda a crescente exigência regulatória da profissão, o alargamento de competências dos auditores, e a auditoria baseada nos riscos de controlo em detrimento de uma auditoria tradicional virada para o passado, que no todo, não exigirá elevados investimentos na criação de recursos competentes e no reforço de formação bem como na adoção de sistemas tecnológicos de suporte, apenas ao alcance das grandes empresas internacionais de auditoria. Estes investimentos, defende, constituem um grande desafio para as PME de auditoria e decorrente desta situação “será muito provável que se assista no médio e longo prazo a uma necessidade crescente de concentração, por parte dessas empresas, em atividades de auditoria e diversificação para outras atividades relacionadas nomeadamente atividades de consultoria económica e financeira, sistemas de informação, validação fiscal, entre outras”, conclui. ●



**No mundo digital
será que
fazemos melhor
ou apenas mais?**



Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor trabalha o Mundo.

REGULAÇÃO

CMVM determina que reforço da qualidade é o principal objetivo

O regulador da auditoria considera que é preciso haver uma aposta clara na qualidade dos serviços prestados pelos agentes do mercado e que há espaço para melhorar. E definiu que esta é a prioridade.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rferreira@jornaleconomico.pt

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) passou a ser a entidade responsável pela supervisão do setor de auditoria, depois da entrada em vigor do novo regime jurídico, no início de 2016. Se os primeiros tempos foram de adaptação do regulador e dos agentes do mercado, com um esforço muito centrado na informação e na formação, agora o foco é no reforço da qualidade do serviço prestado. Isso ficou claro quando a presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, no discurso que fez sobre o sector sublinhou que “há ainda uma margem de melhoria da qualidade de auditoria”. Em declarações ao *Jornal Económico*, os responsáveis pelo regulador referem que, desde que assumiu as suas funções de supervisor de auditoria, que a CMVM assumiu como “objetivo essencial a promoção da qualidade da auditoria, entendida esta, sinteticamente, como o cumprimento pelos auditores das normas profissionais, das disposições legais e regulamentares e do código de ética”.

Para cumprir este objetivo, entende a CMVM que, além da atividade de supervisão – que os seus responsáveis dizem que “exercerá de modo adequado e consequente” – é indispensável “o contributo de outros agentes ligados à atividade de auditoria: os auditores, em primeiro lugar, mas também, o organismo profissional (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), os órgãos de fiscalização, outros supervisores e a academia”. Aliás, Gabriela Figueiredo Dias avisou que, no caso da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), que a opção por delegar nesta entidade competência para o controlo de qualidade dos auditores – no caso dos que não prestam serviços a entidades de interesse público –

foi uma opção suportada pela CMVM, mas que “requer a permanente confirmação”.

Evolução positiva nas relações
Em declarações ao *Jornal Económico*, a CMVM regista a “evolução positiva no relacionamento com alguns destes agentes, superando-se algumas dúvidas e tensões iniciais, compreensíveis, de algum modo, com a introdução do novo paradigma de supervisão”.

“Reportando-nos às novas regras de rotação de auditores, que suscitaram em 2016 algum desconforto, foi possível assistir durante 2017 à normalização da sua prática e à sua aceitação pelo mercado”, acrescentam. E Gabriela Figueiredo Dias acrescenta que, “dois anos e meio após a entrada em vigor de um novo regime jurídico da auditoria e do início de funções da CMVM como supervisor dos auditores, parecem definitivamente diluídas algumas dúvidas e tensões que a mudança de paradigma no seu tempo gerou”.

Neste período de introdução das novas regras e de um novo enquadramento, a CMVM também se adaptou: “Definimos as metodolo-

gias e procedimentos de supervisão adequados, constituímos e consolidámos os recursos humanos indispensáveis e temos vindo a desenvolver, incrementar e aperfeiçoar as várias atividades que constituem a supervisão de auditoria”, refere a instituição.

Paralelamente, avaliam que “o mercado de auditoria e os seus agentes mais relevantes foram gradualmente, ao longo deste período, incorporando e aceitando os benefícios do novo quadro resultante da reforma europeia de auditoria”.

Necessário melhorar

Coloca-se, então, a questão sobre o que é necessário ainda melhorar. Gabriela Figueiredo Dias referiu que “há ainda uma margem de melhoria da qualidade de auditoria”, em que aspectos? “Tal afirmação decorre das conclusões retiradas das atividades desenvolvidas pela CMVM durante estes dois anos e meio, isto é, que, na sequência destas, a qualidade da auditoria pode e deve ser melhorada”, refere a CMVM.

“Isto decorre quer das conclusões das ações de supervisão realizadas pela CMVM a auditores de EIP (contendo designadamente os findings ou deficiências de auditoria detetadas e que lhes são reportadas nos relatórios finais da CMVM) e dos resultados da supervisão executada pela CMVM sobre o controlo de qualidade da OROC sobre auditores que não auditam EIP”, explica o regulador. “Outros temas sobre os quais a CMVM tem desenvolvido a sua supervisão e cujas conclusões também contribuem para a referida afirmação são a idoneidade de auditores, os serviços distintos da auditoria prestados por auditores de EIP e os deveres dos órgãos de fiscalização de EIP no âmbito da auditoria”, acrescenta.

Aliás, os responsáveis pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários consideram que “o

grande desafio que se coloca a todos os agentes é, em termos gerais, o seu contributo para a melhoria da qualidade da auditoria”.

E, sendo este o grande objetivo, importa salientar que “o mesmo deverá ser alcançado num contexto de mudanças significativas que se antecipam para a profissão a um prazo que será relativamente curto: tem a ver, em particular, com a utilização cada vez mais sofisticada das tecnologias de informação na auditoria, os data analytics, a auditoria contínua, etc. Acresce a constante evolução das normas de contabilidade”, acrescenta a entidade liderada por Gabriela Figueiredo Dias. “Estaremos, assim, a caminhar para novos paradigmas que comportam novos desafios e exigências para a auditoria e para a supervisão, mas que não podem por em causa o citado objetivo da qualidade da auditoria, antes reforçando a sua necessidade”, justifica.

Assim, as prioridades da CMVM para este ano e para o próximo passam pelo foco assumido no “objetivo primordial de promover a melhoria da qualidade da auditoria”. É por aqui que passará tudo. Mas da lista de iniciativas, destacam-se duas: a apresentação de uma proposta de revisão do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria e do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, já em curso de preparação, na qual serão contemplados os resultados da experiência destes dois anos e meio de supervisão, bem como algumas sugestões recebidas de outros agentes; a realização, durante o último trimestre do ano corrente, de uma reunião alargada com a participação dos principais agentes ligados à atividade de auditoria acima referidos, contendo dois pontos na sua agenda: o balanço de dois anos e meio de supervisão de auditoria pela CMVM e a definição de uma estratégia de auditoria – participada pelos diversos agentes – visando a melhoria da qualidade da auditoria. ●

As prioridades da CMVM para este ano e para o próximo passam pelo foco assumido no “objetivo primordial de promover a melhoria da qualidade da auditoria



Cristina Bernardo

SUPERVISÃO

ASF reforça qualidade do reporte da informação

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

A análise da ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, aos dois anos de implementação a nível europeu das novas regras sobre auditoria, aponta para um balanço globalmente “muito positivo para todas as partes envolvidas: empresas de seguros, consumidores, supervisores e demais ‘stakeholders’”.

Ao Jornal Económico, José Alença, presidente da ASF, afirma que este novo regime assenta numa avaliação económica (justo valor), prospetiva e baseada no risco, que tem vindo a obrigar à criação de uma cultura de gestão de risco transversal a todos os níveis da organização, centrando o negócio e processo decisório na criação de valor económico para o nível de apetite ao risco definido e capital alocado”.

Particularmente sobre as empresas de seguros nacionais, o supervisor sublinha que têm passado por

todo este processo de “adaptação profunda”, refletido no reforço dos rácios de cobertura dos requisitos de capital e na redução da dependência das medidas de transição, “contribuindo decisivamente para termos hoje um setor mais resiliente e preparado para as mudanças que se avizinham e, logo, melhor equipado para cumprir o seu papel fundamental na sociedade”, conclui.

Sobre o papel que a ASF tem desempenhado neste período em análise, denota que tem vindo a trabalhar em dois planos distintos, o nacional e o internacional. Localmen-

te, a sua atuação é concretizada através do processo de supervisão e da emissão de entendimentos públicos, razão pela qual “tem sido possível acompanhar e reajustar, sempre que necessário, o processo de implementação dos requisitos do regime Solvência II nas seguradoras nacionais”, ressalva. Por outro lado, nestes últimos dois anos, além do natural acompanhamento regular da situação de cumprimento dos requisitos de capital de todas as empresas que supervisiona, salienta ter dado um maior enfoque à validação da qualidade do reporte da informação, sobretudo da informação quantitativa, ao cálculo do requisito de capital de solvência e das provisões técnicas, à aplicação do princípio do gestor prudente na gestão dos investimentos e à autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

Já no plano internacional, a ASF assume que tem estado ativamente empenhada na promoção de uma cultura e práticas de supervisão convergentes, que implementa no processo de supervisão local. ●



JOSÉ ALÇAÇA
Presidente da ASF

PUB



JÁ NOS CONHECE ?



40

ANOS

1978 2018

Sede: CARCAVELOS
Av.º General Eduardo Galvão, nº115
Edifício NUCASE 2775-564 CARCAVELOS
tel: 21 458 5700 fax: 21 458 5799

Filiais:
PAREDE • ESTORIL • CASCAIS • SINTRA • LISBOA
LUANDA ANGOLA

www.nucase.pt



CONTABILIDADE

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E PROCESSOS

SEGUROS

RECURSOS HUMANOS

ANGOLA

DESDE 1978 A OTIMIZAR NEGÓCIOS



Foto cedida

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) é uma associação privada que tem como objetivo a difusão das boas práticas do governo societário, que considera um “instrumento incontornável para a eficiência económica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira”. Trata-se de um exemplo de autorregulação, aliás corporizada na entrada em vigor do código do IPCG, que substituiu o de governo das sociedades – depois de um acordo do instituto com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e de um trabalho desenvolvido por estas duas entidades e pela Associação de Empresas Emitentes –, que marcam uma mudança de paradigma, de um de regulador para outro de autorregulação, nas boas práticas de gestão das empresas cotadas. Em entrevista ao Jornal Económico, Manuel Maria Agria, vice-presidente executivo do IPCG diz que as empresas têm feito um esforço grande de adaptação e de contribuição para combater a desconfiança em que os mercados se viram imersos. “A informação fidedigna é uma exigência dos mercados e dos stakeholders”, afirma Manuel Maria Agria, considerando que os auditores desempenham um papel fundamental no quadro do mercado. Percebemos que há trabalho a fazer e lemos a crítica sobre o enquadramento que os agentes do mercado enfrentam – “desde logo, pela volatilidade do nosso quadro legal, resultante, em larga medida, do número e volume e iniciativas legislativas, nacionais e europeias, que todos os dias são anunciadas, e pela diversidade de padrões contabilísticos existentes, que tornam difícil a leitura dos reportes financeiros”. Mas afirma que o que os reguladores e, especialmente, o que as empresas têm feito, fazem com que “a envolvente atual é mais propícia à garantia da qualidade da informação disponibilizada”.

Que papel tem a auditoria externa nas relações entre os agentes do mercado?

É uma evidência que não sofre contestação o papel incontornável da auditoria externa na geração da confiança entre os diferentes stakeholders, sem a qual os mercados perderiam muito da sua eficiência.

O auditor, na sua função de principal interlocutor do órgão de fiscalização da sociedade, será o garante da verificação da aplicação das políticas e do correto funcionamento dos mecanismos de controlo interno e do reporte de quaisquer disfunções de que se aperceba no exercício da sua missão.

A qualidade da informação é um elemento fundamental para o bom funcionamento do mercado. A envolvente atual garante essa qualidade?

A informação fidedigna é uma exigência dos mercados e dos stakeholders. Não obstante, a verdade é que existem falhas e que uma das mais negativas no funcionamento dos mercados é a assimetria da informação. Para colmatar esta situação, é importante o papel dos reguladores, mas são conhecidas as dificuldades com que, frequentemente, estes se deparam na sua missão, por múltiplas razões. A começar, desde logo, pela volatilidade do nosso quadro legal, resultante, em larga medida, do número e volume e iniciativas legislativas, nacionais e europeias, que todos os dias são anunciadas, e pela diversidade de padrões contabilísticos existentes, que tornam difícil a leitura dos reportes financeiros. É inquestionável que a envolvente atual é mais propícia à garantia da qualidade da informação disponibilizada, não sem que se aponte que muito deste esforço tem cabido às sociedades cotadas, que se vêm assoberbadas de medidas regulatórias que obrigam a exigências de estrutura desproporcionadas para os recursos disponíveis.

Considera que a confiança na qualidade da informação prestada pelos agentes do mercado foi já restabelecida, depois da crise?

Uma das preocupações dos legisla-

ENTREVISTA **MANUEL MARIA AGRIA** Vice-presidente executivo do IPCG

“A informação fidedigna é uma exigência dos mercados e dos ‘stakeholders’”

As empresas têm feito um esforço grande de adaptação e de contribuição para combater a desconfiança em que os mercados se viram imersos, defende o IPCG.

“

É inquestionável que a envolvente atual é mais propícia à garantia da qualidade da informação disponibilizada, não sem que se aponte que muito deste esforço tem cabido às sociedades cotadas

dores, a nível global, após a crise que eclodiu na segunda metade da década passada, foi restabelecer a confiança dos agentes no mercado. Pode afirmar-se que os resultados têm sido positivos, mesmo que, em múltiplas situações, sem ter sido feita previamente e como se impunha uma avaliação de custo-benefício.

Existe margem para uma melhoria da auditoria em Portugal. Em que aspetos?

A atividade de auditoria tem conhecido entre nós e nos anos recentes, mais concretamente em 2015, uma profunda renovação do seu enquadramento legal, traduzindo a determinação do legislador de adaptar o regime jurídico nacional à legislação europeia aprovada em 2014 e que visava reforçar a integridade, independência, objetividade, responsabilidade, transparência e fiabilidade dos auditores no exercício das suas funções. Estou concretamente a falar do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e do Estatuto das Ordens dos Revisores Oficiais de Contas, ambos a entrarem em vigor em 1 de Janeiro de 2016. Com este novo enquadramento, pretende o legislador melhorar o

exercício da atividade de auditoria, sendo certo que, como antes referido, alguns aspetos terem merecido contestação por parte dos agentes destinatários. Apenas a título de exemplo, podemos invocar a imposição legal aplicável aos serviços distintos de auditoria agora estatuída em substituição da anterior recomendação.

Quais são os grandes desafios que atualmente se colocam aos stakeholders das empresas?

Num contexto de tão rápidas e profundas mudanças a todos os níveis, são inúmeros e complexos os desafios que se colocam aos stakeholders das empresas. E uma das mais preocupantes é, sem dúvida, ao nível da compliance, confrontada com exigências de toda a ordem, que tornam muito problemática, em particular para as sociedades de menor dimensão, a sua acomodação, no seu dia-a-dia. Assoberbados com a sustentabilidade do seu negócio, determinados a acrescentar valor aos seus stakeholders e preocupados com a rentabilidade das operações numa economia global crescentemente mais competitiva, os empresários vêem-se a braços com desafios de enorme exigência a obrigarem a



MANUEL MARIA AGRIA
Vice-presidente
executivo do IPCG

uma atenção muito particular no desenho do governo das suas organizações e a uma muito cuidada avaliação do risco das decisões que tomam.

Quais os principais projectos em que o IPCG está atualmente envolvido?

O IPCG está atualmente envolvido em atividades que visam melhorar o clima do corporate governance em Portugal, procurando criar uma envolvente que obvie ao ressurgimento de novos focos de perturbação, como os que todos estamos recordados e que eclodiram nos últimos quatro anos e provocaram danos nos mercados ainda hoje não revertidos.

Para tal, identificou dois domínios: a formação, em particular para os titulares de cargos societários, com especial incidência nos não executivos; a implementação de um Código de Governo das Sociedades assente no modelo de autoregulação e o acompanhamento de sua tradução no terreno como veículo de melhoria global daquele clima que antes assinalámos, promovendo a adopção das boas práticas e de comportamentos eticamente irrepreensíveis no governo das sociedades. ●

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA OCDE EM LISBOA

Portugal vai ser um ponto de paragem obrigatório para a corporate governance, na próxima semana, com a realização, em Lisboa, a 4 e 5 de julho, da reunião do grupo de trabalho da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e do Médio Oriente e Norte de África (MENA-OCDE). Em discussão estarão os desenvolvimentos recentes verificados nas questões de governança corporativa na região do Médio Oriente e Norte de África, nomeadamente políticas para melhorar o acesso mercado de capitais, políticas para maior transparência e informação, oportunidades para melhorar o equilíbrio de género na liderança empresarial e políticas para impulsionar a governança nas empresas estatais. A reunião será copresidida por Portugal e pelos Emirados Árabes Unidos. A abertura será feita pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português, a intervenção. A presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, participará enquanto líder do regulador português, mas também enquanto vice-presidente do Comité de Corporate Governance da OCDE. Criado em 2005, o grupo de trabalho MENA-OCDE sobre corporate governance tem como objetivo a construção de uma "plataforma de conhecimento regional sobre governança corporativa" que promova os temas que vão estar na agenda do encontro de Lisboa.

PUB

RSM & Associados – Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



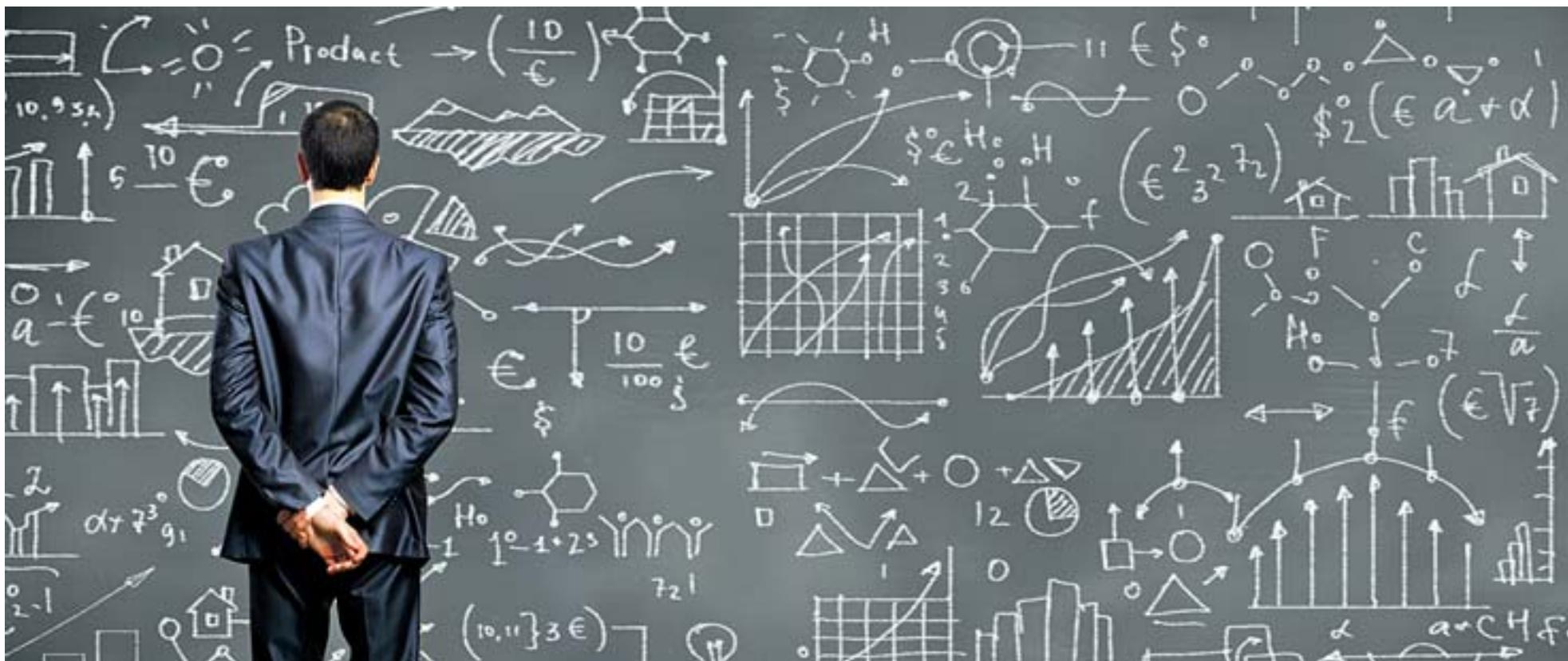
AUDIT | TAX | CONSULTING

SEDE

Av. do Brasil, 15 – 1º – 1749-112 Lisboa
Tel: (+351) 21 355 35 50
Fax: (+351) 21 356 19 52
E-mail: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132 – 3º – 4150-682 Porto
Tel: (+351) 22 207 43 50
Fax: (+351) 22 208 14 77
E-mail: geral.porto@rsmpt.pt

Inscrita na OROC sob o nº 21
Inscrita na CMVM sob o nº 20161380
www.rsmpt.pt



AUDITORES MOSTRAM ESTAR À ALTURA DE EXIGÊNCIAS REGULATÓRIAS

Aos grandes desafios que se colocam atualmente à auditoria e revisão de contas, os players a atuar no mercado nacional respondem com adaptação rigorosa das medidas regulatórias, com um investimento em ferramentas tecnológicas e nas suas próprias equipas, visando, essencialmente, estar á altura das crescentes exigências dos seus clientes.

1 QUAIS SÃO OS GRANDES DESAFIOS DO SETOR?

2 O QUE PRETENDEM OS CLIENTES?



RUI MARTINS
Assurance Leader da EY

POR UMA AUDITORIA MODERNA

1. Tal como em muitas outras atividades, os principais desafios prendem-se com a digitalização e com o talento. Uma auditoria moderna, para ser eficiente, exige uma elevada capacidade de integração com os sistemas dos clientes e um forte investimento em ferramentas e em recursos que permitam processar elevados volumes de informação e extrair evidências de auditoria desses processos. Em paralelo, o ritmo de evolução dos modelos de negócio dos clientes e a sua crescente dependência de tecnologia tornam mais complexa a avaliação de risco e o desenho de testes. Tudo isto aumenta a exigência sobre a profissão, estando a EY a investir continuamente em novas tecnologias, a alargar o tipo de competências que procura recrutar e a apostar ainda mais na formação dos auditores. Por outro lado, a atividade de auditoria atravessa atualmente um período de grande evolução na regulação. A adaptação a um novo regulador e a um aumento significativo das exigências de compliance tem sido desafiante, quer pela pressão adicional que coloca em matéria de atração de recursos, quer pelos investimentos adicionais

que exige a nível de back-office. Também nesta área temos aproveitado para aplicar tecnologia de forma a assegurar capacidade de resposta sem perda de eficiência.

2. O novo enquadramento acentuou a segmentação do mercado. O nível de responsabilização do lado dos clientes também aumentou, mas isso é mais visível nas entidades de interesse público. Assim, para muitas empresas a auditoria é um serviço 'comoditizado', em que o preço é a única variável de decisão e que são pouco sensíveis ao nível de exigência acrescido aos auditores. Felizmente, muitos clientes valorizam o papel do auditor enquanto linha adicional de defesa para os acionistas e demais stakeholders. Na EY, procuramos continuamente que os nossos clientes percebam que o auditor, sem nunca perder a independência como elemento fundamental da sua atuação, tem capacidade para aportar valor para além da auditoria. Ao introduzirmos ferramentas que se apoiam em data analytics, conseguindo muitas vezes tratar populações e não apenas amostras, temos não só a capacidade de criar evidências de auditoria mais robustas como, por vezes, de identificar relações entre variáveis que passam despercebidas às equipas de gestão. Cada vez mais clientes valorizam o papel que um auditor experiente pode ter, através do desafio contínuo das práticas instaladas, no sentido de levar à identificação de melhores práticas à inovação de processos. Os clientes querem serviço, valor, segurança e um baixo custo. Também querem clareza e capacidade de decisão. Uma matéria que necessita de atuação rápida tem a ver com o facto de a definição aplicada em Portugal resultar num número de entidades de interesse público muito superior ao de países com economias muito mais fortes que a nossa. É uma matéria sobre a qual o regulador já deu sinais de querer intervir mas que ainda não surtiu resultados práticos.



PAULO ANDRÉ
Managing Partner da Baker Tilly

NA BUSCA PELAS 'BEST PRACTICES'

1. A maior internacionalização dos negócios, exige maior cobertura geográfica e equipas mais alargadas (dimensão e especialização). A integração das pequenas auditorias, em networks internacionais, permite uma resposta abrangente, posicionando-as em muitos segmentos do mercado, como alternativas credíveis às chamadas 'Big4'. Por outro lado, a capacidade de repercutir nos honorários, o trabalho adicional que as responsabilidades adicionais, resultantes das novas regras que regulamentam a profissão, exigem dos auditores, e por último, implementar novas ferramentas e conhecimentos em novas áreas como o 'Data Analytics', 'Big Data' ou 'IT Risks', entre outros.

2. Os clientes procuram essencialmente a partilha de experiências e sugestões de melhoria das práticas e procedimentos relacionados com os negócios e as operações ('best practices'). Mas também pretendem auditorias mais eficientes para os clientes, 'less time consuming' e ainda mais focadas no risco, sendo que as 'Due Diligences' assentam, cada vez mais, em modelos de 'Data Room'.



LUÍS GASPAR
Managing Partner da Mazars

RECUPERAÇÃO DA CREDIBILIDADE

1. Os desafios que hoje se apresentam à auditoria podem ser definidos face a eixos complementares, relativamente à perceção global do setor, à resposta a endereçar perante as expectativas dos clientes e a questões relacionadas com a própria operacionalização das atividades das sociedades no mercado. Em primeiro lugar, existe uma necessidade muito presente no sentido de conseguir recuperar parte da credibilidade perdida nos últimos anos pela profissão e os seus profissionais. Este é um processo que exige, necessariamente, tempo e um esforço permanente por parte de todos os intervenientes. Uma meta reputacional à qual também se relaciona a capacidade de atrair e reter recursos humanos qualificados. Ao mesmo tempo, deparamo-nos com um Cliente mais exigente, perante o qual temos de ser capazes de apresentar um nível mais elevado de qualidade global no serviço prestado, mantendo, contudo, um valor de preços praticados que sejam verdadeiramente condizentes com o trabalho a realizar. Paralelamente a esta realidade, os processos que integram o exercício da Auditoria encontram-se em mudança, essencialmente derivada da transformação tecnológica que se tem verificado e que se espera que venha a acelerar nos próximos anos. As respostas a estes desafios não são óbvias nem imediatas, e prometem exigir alterações profundas no seio da cultura das próprias auditorias.

2. O cliente atual, mais atento e informado e com uma estrutura de gestão cada vez mais profissionalizada, o que pretende é uma garantia por parte dos auditores de conformidade e fiabilidade da seus documentos de prestação de contas que dê conforto e confiança a todos os 'stakeholders'.



VÍTOR SANTOS
Partner da DFK & Associados SROC

REGULAÇÃO MAIS EXIGENTE E COMPLEXA

1. O mercado continua a privilegiar demonstrações financeiras auditadas em detrimento de demonstração financeiras não auditadas, consequentemente o auditor e a auditoria constituem um pilar de confiança para os agentes económicos. O principal desígnio que se coloca às organizações de auditoria e consequentemente aos auditores e reguladores é o de aumentar ainda mais a confiança no mercado, criando um contexto de negócios mais favorável e mais transparente que permita às economias desenvolverem-se com maior solidez, beneficiando assim, a sociedade em geral. O caminho deste desígnio terá necessariamente de ser alicerçado em pilares de qualidade e de confiança num contexto regulatório cada vez mais exigente e por vezes complexo. Na atualidade, os grandes desafios que se colocam ao setor são, primeiro, um conhecimento mais abrangente do negócio dos clientes que permitam análises mais profundas; uma maior agilidade e eficiência nas comunicações do auditor, quer internamente, quer nas comunicações dirigidas aos órgãos internos das sociedades quer ao nível dos relatórios de auditoria, e por último, novas e inovadoras abordagens do trabalho suportadas por tecnologia. Estes desafios colocam-se a todas as empresas de auditoria que atuam no mercado independentemente da sua dimensão, contudo atendendo à tipologia de clientes as empresas de auditoria de maior dimensão terão um papel preponderante na liderança das mudanças que já se encontram em curso. A crescente exigência regulatória da profissão, o alargamento de competências dos auditores, o recurso a especialistas, a auditoria baseada nos riscos de controlo em detrimento de uma auditoria tradicional virada para o passado vão exigir elevados investimentos na criação de recursos competentes e no reforço de formação bem como na adoção de sistemas tecnológicos de suporte aos trabalhos de auditoria, apenas ao alcance das grandes empresas internacionais de auditoria. A realização destes investimentos constitui um grande desafio para as pequenas e médias empresas de auditoria porque se pressupõe que essas empresas consigam uma dimensão ajustada que permita economias de escala para a

realização dos referidos investimentos. Decorrente desta situação será muito provável que se assista no médio e longo prazo a uma necessidade crescente de concentração, por parte dessas empresas, em atividades de auditoria e diversificação para outras atividades relacionadas nomeadamente atividades de consultoria económica e financeira, sistemas de informação, validação fiscal, entre outras.

2. O velho tema do "Expectation Gap" entre o que o auditor entrega e o que os agentes económicos, que lidam com os dados fornecidos pelas auditorias querem, continua a existir. Para minimizar este gap é necessário entregar informações completas, atualizadas e divulgadas mais atempadamente. Os utilizadores de informação auditada esperam que os auditores sejam mais proativos e mais prospetivos. A expectativa é de que os auditores incorporem inteligência de negócios e tecnologias às suas obrigações cada vez mais regulamentadas indo muito além das análises retroativas às demonstrações financeiras. Estas expectativas também são diferenciadas em função da dimensão dos clientes e consequente complexidade ao nível dos seus modelos de governação. A divisão do mercado em Entidades de Interesse Público (EIP) e Entidades de Não Interesse Público (ENIP) e adoção de modelos distintos do conteúdo dos relatórios de auditoria e consequentes procedimentos de supervisão são também consequência das exigências dos utilizadores da informação auditada. Ao nível das pequenas e médias empresas a auditoria tem um papel relevante na profissionalização dos negócios dos seus clientes na medida em que constitui um contributo na melhoria dos sistemas de controlo interno das operações e em matérias relacionadas com o reporting de informação, quer ao nível da gestão quer nível da exigência dos normativos contabilísticos. Neste segmento os donos das sociedades - que na maioria são também os gestores das mesmas - têm a expectativa de que o auditor vá além da emissão da Certificação Legal das Contas a que estão obrigados pela via regulamentar.

Ceico - Contabilidade e Fiscalidade com responsabilidade e experiência

Fundada em 1971 a nível societário, teve no seu TOC fundador, inscrito à época (e desde 1965) na DGCI, um mentor e pioneiro da actividade dos serviços de contabilidade enquanto organização de outsourcing. Actualmente com a segunda geração na liderança da empresa, percorremos até hoje as cinco décadas da profissão com a isenção, o profissionalismo e o rigor que cada vez mais é exigível.

A nossa postura no mercado é completamente transversal. A experiência que detemos, de 46 anos de ininterrupta actividade no mercado, aliada à formação académica superior dos nossos técnicos, dá-nos o necessário know-how para a prestação de serviços e aconselhamento empresarial inerentes a qualquer organização, seja de cariz privado ou público, empresarial, associativo ou até IPSS, nacional ou multinacional.

Actualmente somos 5 TOC devidamente credenciados, alguns com credenciação ainda anterior à formação da entidade reguladora da profissão, e com inscrições activas na Ordem há já muitos anos.

Com a nossa actuação estratégica, contamos sempre contribuir para o sucesso dos nossos clientes, e o nosso posicionamento vai muito para além da mera informação contabilística e cumprimento das obrigações fiscais. Colocamos toda a nossa disponibilidade e savoir faire ao dispor e em benefício dos nossos clientes; ajudamo-los organizativamente, e a implementar processos que simplifiquem e gerem economias e redução de custos para as suas empresas. O contacto permanente e privilegiado com diversas entidades públicas, de financiamento, e com uma rede de empresas de todas as áreas de actividade dá-nos condições para criar "pontes" e condições ímpares de consultoria e aconselhamento que pomos ao dispor dos nossos clientes ajudando-os inclusivamente no desenvolvimento de mercados, de produtos e de serviços.

Futuramente, e apesar das dificuldades crescentes da economia doméstica, queremos consolidar, pela qualidade e rigor, a nossa posição no mercado, estando a desenvolver parcerias que nos permitam acompanhar os clientes que se lançam em mercados externos e sentem a necessidade desse acompanhamento no exterior.

Somos de facto uma entidade que apoia e nunca "deixará cair" os nossos parceiros!

Morada: Av. Almirante Reis, 133 – 2º Dto. – 1150 – 015 LISBOA
Telefs.: 21 314 63 10 – 21 315 41 79
Fax: 21 352 26 80
e-mail: geral@ceico.pt



Com o apoio de



Pixabay

ditores se relacionam com os clientes, acredita que, “sem prejuízo de algumas indefinições quanto à forma concreta como o legislador queria concretizar as suas intenções, acrescida de alguma discricionariedade na forma como cada país adotou as novas regras”, valoriza o papel dos auditores.

Sobre a evolução em Portugal, salienta que as novas regras tiveram um impacto imediato e significativo no mercado, tendo resultado na rotação obrigatória de auditor num número significativo de entidades de interesse público.

No que diz respeito ao regulador, Rui Martins, Assurance Leader da EY, considera que o novo enquadramento também implicou um elevado esforço de adaptação, a começar pela criação de equipas com as competências necessárias para assegurar todo o processo. “A fase inicial foi complexa, com a necessidade de se estabilizarem alguns entendimentos sobre a legislação e de se estabilizarem canais de comunicação. Estamos agora a entrar numa fase de estabilização do processo, com os diferentes atores a terem um melhor entendimento do que esperar e de como cumprir com os requisitos da CMVM”, conclui.

REGULAÇÃO

Resultados das novas regras estão por apurar

Apesar de já terem passado dois anos da entrada em vigor das novas regras, todas as alterações em curso estão em fase de adaptação, e todas as partes envolvidas estão a potenciar os novos processos.

SÓNIA BEXIGA

sbexiga@jornaleconomico.pt

A cumprir-se cerca de dois anos da entrada em vigor das novas regras a nível europeu, e com a CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, desde então a desempenhar o papel de supervisor do setor, em jeito de balanço, alguns dos principais players são unânimes em considerar que nos encontramos numa fase de adaptação, na qual todos os intervenientes têm tido uma postura “construtiva”. As novas regras, para Paulo André, Managing Partner da Baker Tilly, atribuem uma maior responsabilidade aos auditores tornando a ‘liabilities’, alargando o âmbito e a profundidade das áreas de intervenção dos auditores. Em seu entender, a CMVM está a adotar-se às alterações da profissão, bem

como às suas responsabilidades adicionais e novo modelo de regulação. “Tem atuado de forma construtiva e positiva, e os auditores podem ver na CMVM um parceiro aberto a discutir e clarificar as dúvidas, questões e desafios da profissão”, defende o especialista.

O balanço da atividade da CMVM, para Luís Gaspar, Managing Partner da Mazars, é igualmente positivo, mas, ressalva, “estamos ainda no início de um longo caminho a percorrer”. Nesta fase, defende, há que procurar uniformizar práticas e garantir que todas as auditorias, independentemente da sua dimensão, abordam os assuntos da mesma forma. “Só assim se conseguirá alcançar uma melhoria da qualidade da auditoria, que era um dos objetivos da reforma proposta”, reforça.

Considerando que o volume de alterações foi “demasiado grande para o período de tempo em que

teve de ser implementado”, Rui Martins, Assurance Leader da EY também não tem dúvidas de que ainda será necessário algum tempo para serem assimiladas todas as alterações. “As novas regras exigem a implementação de novos processos e o reforço de mecanismos de qualidade, cujos investimentos em pessoas e meios levam o seu tempo. Um impacto imediato foi um aumento dos custos da profissão, e na ótica das empresas, há ainda a ter em conta as taxas impostas pelo regulador. Só quando o processo estabilizar e todos as partes tiverem uma avaliação mais clara dos custos e benefícios se poderá fazer o balanço”, sublinha o especialista.

Recordando que na origem destas novas regras esteve a vontade política de aumentar a credibilidade dos mercados, optando por reforçar a importância do papel do auditor externo e aumentar o grau de exigência na forma como os au-

Aos olhos dos auditores, a CMVM, entidade supervisora da sua atividade desde 2016, tem revelado uma capacidade construtiva na sua relação com os players, mostrando estar no bom caminho

Auditoria conjunta, sim ou não?

Atendendo a que a auditoria conjunta não chegou a ser incluída nas novas regras e questionado se deveria ter sido, Paulo André entende tratar-se de um modelo que “faz todo o sentido”, já que “gera muitos benefícios, incrementando a qualidade do trabalho, ou seja, melhor sustentação das conclusões, maior foco nas áreas de risco e redução dos honorários globais para o cliente”. Sublinhado que tal modelo contribuiria para maior concorrência no mercado de auditoria, acrescenta ainda que “as ‘Mid-Tear Firms’ teriam uma oportunidade efetiva de demonstrar que dimensão não é exclusivo de qualidade”, acrescentando benefícios dos standards de qualidade e redução dos honorários globais para o cliente.

Já para Rui Martins, Assurance Leader da EY, incluir a auditoria conjunta nas novas regras não faria sentido, atendendo, sobretudo, à reduzida dimensão do mercado português. Se por um lado, consideras que o aumento do nível da regulação e da fiscalização da atividade de auditoria “são suficientes para assegurar qualidade”, por outro, recorda que, em alguns casos, se aplica, em Portugal, o conceito de “dual audit”, em que se conjuga a atuação independente de um auditor externo e de um Revisor Oficial de Contas. “Face às regras que proíbem aos auditores a prestação de alguns serviços, um cenário de auditoria conjunta limitaria a capacidade de escolha dos prestadores desses serviços, com provável reflexo no seu custo”, conclui. ●

ANÁLISE

Dos escândalos financeiros à nova regulamentação

A pressão sobre os auditores tem tendência a acentuar-se com o aumento da sofisticação dos modelos de negócio e da adoção das novas tecnologias.

Atendendo aos vários escândalos financeiros ocorridos nos últimos, que minaram a confiança dos investidores em várias cotadas nacionais, que papel desempenharam, e podem vir a desempenhar, os auditores, no caminho da consolidação da credibilidade e confiança? Em resposta, e considerando que quando ocorre um escândalo financeiro, normalmente decorrente de gestão fraudulenta, é muito provável que a opinião pública questione o papel dos reguladores e auditores, criando problemas ao nível da reputação dessas entidades, Vítor Santos, Partner da DFK & Associados SROC sublinha, desde logo, que “os procedimentos de auditoria não garantem em absoluto (mas sim a um nível aceitável) que as demonstrações financeiras possam estar isentas de distorções materiais, uma vez que são usadas técnicas de amostragem existindo assim riscos de auditoria”. As fraudes, ressalva, “podem ocorrer, e a não serem detetadas, colocam os auditores num papel ingrato quer perante os agentes de mercado quer perante os supervisores. Os trabalhos realizados por essas firmas de auditoria foram por certo submetidos a processos de controlo, por parte dos supervisores de auditoria, no sentido de serem apuradas as devidas responsabilidades”.

Com os escândalos financeiros espalhados praticamente por todo o mundo, inicialmente despoletados pela crise no mercado imobiliário e posterior crise financeira, esta situação, destaca Vítor Santos, veio questionar, e de uma forma muito profunda, as conclusões dos trabalhos de auditoria. “A resposta foi aumentar a regulamentação que já por si era exigente, mas não suficiente para evitar situações que ocorrem durante os períodos de crise. Naturalmente que a adoção dos novos regulamentos do exercício da profissão bem como da sua supervisão tem como objetivo minimizar o risco de auditoria no sentido de melhorar a qualidade dos trabalhos e em simultâneo reforçar a credibilidade do auditor”, conclui.

“A profissão de auditoria vive a pressão permanente de aumentar a capacidade de análise de informação, de melhorar a forma como testa os dados recolhidos e de encontrar novas formas de desafiar os pressupostos que lhe são apresentados”, defende Rui Martins, Assurance Leader da EY. O responsável evidencia assim a existência de uma pressão que tem tendência a acentuar-se com o aumento da sofisticação dos modelos de negócio dos clientes, a adoção massiva de novas tecnologias e o próprio ritmo de mudança dos mercados.

“É importante ter presente que o auditor não é imune a situações de fraude e que, apesar de receber do seu cliente a confirmação de que lhe foi transmitida toda a informação relevante para formar a sua opinião, há casos em que isso poderá nem sempre ter acontecido”, afirma Rui Martins.

Assim, as novas regras também vieram impor responsabilidade acrescida aos órgãos de fiscalização, sobre os quais impende a responsabilidade de selecionar os auditores, sendo que, enquanto profissão regulada, cada anomalia detetada serve para identificar novos mecanismos de salvaguarda, para melhorar a qualidade das auditorias e a independência do auditor. Aliás, frisa, “estas foram também algumas das motivações que levaram às recentes alterações na legis-

lação, que acreditamos ser um fator no sentido da mitigação destes riscos e um motivo adicional para confiança dos mercados no papel do auditor externo”.

“É importante não esquecer o papel que os auditores têm na melhoria diária do relato financeiro das empresas, assegurando a implementação das normas e das melhores práticas adicionais, bem como o seu papel na formação contínua de recursos, que vão alimentando o mercado e os reguladores, disseminando boas práticas de relato financeiro”, remata. ● SB

A crise no mercado imobiliário e posterior crise financeira viriam a afetar as conclusões dos trabalhos de auditoria, de uma forma “muito profunda”



Cristina Bernardo

PUB

Juntos, atentos ao futuro.

A DFK tem mais de 220 escritórios, distribuídos por 93 países. Mais próximos de si. Mais próximos no apoio ao seu projeto.

Mais informações em www.dfk.pt



Audit & Assurance | Tax | Advisory | Business Process Outsourcing

Lisboa
Rua Ferreira Lapa, nº 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel.: 351 21 324 34 90
Email: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Faro
Rua Dr. Manuel de Arriaga, nº 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel.: 351 289 805 544
Email: dfk.faro@dfk.com.pt

Porto
Av. da Boavista, 1588, 2º
4100-115 Porto
Tel. +351 226 005 318
porto@dfkconsulting.pt



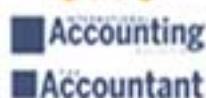
BAKER TILLY

Growth through collaboration

Audit | Tax | Advisory



Baker Tilly International
Network of the Year



International Accounting Bulletin and
The Accountant Awards 2016

INTERNATIONAL TAX REVIEW

World's Leading Tax Firm 2016 (Portugal)
World's Transfer Pricing Firm 2016 (Portugal)
Transfer Pricing Firm of the Year 2014 (Portugal)
Indirect Tax Leader 2016 (Tiago Almeida Veloso)